



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

220

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0336103-5**  
**COMARCA: Vitória de Santo Antão**  
**APELANTES: Município de Vitória de Santo Antão e VITORIAPREV**  
**APELADA: Rosilene Maria da Silva**  
**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**EMENTA:** APELAÇÕES CÍVEIS EM AÇÃO DE COBRANÇA. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS INDEVIDOS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO. PREJUDICIAL DE MÉRITO DA PRESCRIÇÃO NÃO ACOLHIDA. CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. SOLIDARIEDADE ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS DA REPETIÇÃO DE INDÉBITO A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 188 DO STJ. APELO MUNICIPAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. De proêmio, rejeitou-se a alegação de ilegitimidade passiva arguida pelo Município apelante. Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITORIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS). 2. Afastada, também, a arguição de prescrição, porquanto não se trata de ação de reparação civil regida pelo art. 206, §3º, V, do Código Civil. 3. Este egrégio Tribunal – por ocasião do enfrentamento da questão atinente ao direito do trabalhador contratado ao gozo de férias e à percepção de décimo terceiro salário – tem anotado a irrelevância do debate suscitado acerca da natureza do vínculo havido entre o servidor temporário e a pessoa jurídica de direito público contratante. 4. Deveras, essa discussão não obsta o direito do trabalhador ao recebimento de verbas pleiteadas em razão de serviços efetivamente prestados. Precedentes. 5. Ocorrência de solidariedade passiva entre os apelantes, posto que o Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, enquanto que o VITORIAPREV (Regime Próprio de Previdência Social), foi o destinatário das contribuições previdenciárias indevidamente recolhidas. 6. Por outro lado, os juros moratórios da repetição de indébito das contribuições previdenciárias incidem apenas após o trânsito em julgado da sentença, à luz da Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça. 7. Apelo municipal parcialmente provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0336103-5, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em dar provimento parcial ao apelo, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 13 de  de 2014 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0336103-5  
COMARCA: Vitória de Santo Antão  
APELANTES: Município de Vitória de Santo Antão e VITORIAPREV  
APELADA: Rosilene Maria da Silva  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de duas **Apelações Cíveis** ajuizadas em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Vitória de Santo Antão, que, nos autos da **Ação de Cobrança NPU 0000683-26.2010.8.17.1590**, julgou parcialmente procedente a pretensão ali deduzida, nos termos adiante transcritos:

“POSTO ISTO, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na presente **AÇÃO DE COBRANÇA** e, em consequência, condenar o **Município de Vitória de Santo Antão** a pagar à parte autora o valor a ser calculado pela mesma, conforme art. 475-A do CPC, referente ao 13º integral do ano 2008 e proporcional de 1/12 avos de 01/01/2009 a 05/01/2009, bem como à percepção de férias integrais referente ao período de 2007/2008 e proporcionais de 1/12 avos referentes ao período de 01/01/2009 a 05/01/2009, com o acréscimo de 1/3 constitucional, mais **salário integral do mês de dezembro de 2008** e proporcional de 1/12 avos de 01/01/2009 a 05/01/2009 a ser pago com observância aos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados a caderneta de poupança, a partir da citação, segundo a alteração introduzida pela lei 11.960/09 no artigo 1º F da lei 9494-97 e súmula 188 do STJ, Resolvendo o mérito do processo na forma do art. 269, I, do CPC.

Condeno, ainda, os réus solidariamente a restituírem à autora a quantia indevidamente descontada em folha de pagamento, a título de Vitoriaprev, tudo corrigido monetariamente com observância aos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados a caderneta de poupança, a partir da citação, segundo a alteração introduzida pela lei 11.960/09 no artigo 1º F da lei 9494-97 e súmula 188 do STJ.

Sem honorários, face sucumbência recíproca.

Esta sentença não está sujeita ao duplo grau de jurisdição, nos termos do art. 475, § 2.º, do CPC.

Após trânsito em julgado, venha autora com a execução.

P.R.I.” Cf. sentença às fls. 165/171.

O Município de Vitória de Santo Antão apelou (fls. 173/186), alegando, em síntese, que: (i) seria parte ilegítima, pois “a pretensão que visa à restituição de valores supostamente pagos a mais pelo Apelado deve ser dirigida, de acordo com as normas legais vigentes, contra a pessoa jurídica responsável, ou seja, o **VITÓRIA PREV**, afinal, o ganho financeiro da verba debitada em folha foi da Autarquia, após o repasse”; (ii) houve a prescrição da pretensão de cobrança das verbas rescisórias, devendo-se aplicar o prazo de três anos previsto no Código Civil para as ações de reparação civil; (iii) a servidora apelada teria sido contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de modo que não faria jus “à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal, tampouco no contrato; (iv) a aplicação dos juros moratórios, no tocante as contribuições previdenciárias, deve ser



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

feita a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, tendo em vista o teor da Súmula 188 do Superior Tribunal de Justiça.

Nessa perspectiva, pugnou pelo provimento do apelo, com a reforma da sentença recorrida.

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Vitória de Santo Antão - VITORIAPREV, irresignado com a decisão monocrática, apresentou suas razões de apelação (fls. 189/194), aduzindo, em resumo: **(i)** a responsabilidade exclusiva do Município que procedeu aos descontos nos contracheques dos contratados temporariamente; **(ii)** a impossibilidade de condenação da autarquia previdenciária, uma vez que não há prova nos autos de que as contribuições previdenciárias foram efetivamente repassadas para o VITORIAPREV, nem tampouco houve a individualização dos valores dos depósitos efetuados; **(iii)** que a parte autora não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo do seu direito.

Ao final, requereu o provimento do apelo para reformar a sentença no que concerne à condenação solidária do VITORIAPREV, em razão da ausência de provas materiais de que os valores descontados a título de contribuição previdenciária foram efetivamente repassados para a referida autarquia.

Sem contra-razões conforme certidão à fl. 197v.

Nos termos do parecer de fls. 210/212, o Ministério Público declinou da sua participação no processo.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 09 de junho de 2014  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

221

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0336103-5**  
**COMARCA: Vitória de Santo Antão**  
**APELANTES: Município de Vitória de Santo Antão e VITORIAPREV**  
**APELADA: Rosilene Maria da Silva**  
**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**VOTO**

De proêmio, rejeito a alegação de ilegitimidade passiva argüida pelo Município apelante.

Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITORIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Também não merece acolhida a arguição de prescrição.

Isso porque o prazo prescricional de três anos contido no art. 206, §3º, inciso V, do Código Civil somente se aplica às ações de reparação civil, enquanto que o caso em comento trata de ação de cobrança de parcelas devidas em razão do trabalho temporário.

Quanto à discussão de fundo, tenho que não merece acolhimento a alegação de que a autora teria sido contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, razão pela qual não faria jus *“à indenização alguma, ante a ausência de previsão de tais direitos na Lei Municipal, tampouco no contrato”*.

Isso porque, para aferir a correção da condenação do Município de Vitória de Santo Antão ao pagamento de verbas relacionadas ao direito de férias e à percepção do 13º salário pelos trabalhadores, parece-me despiciendo o debate suscitado pela parte apelante no sentido de questionar a natureza da relação jurídica havida entre a pessoa jurídica de direito público e a servidora contratada.

Deveras, a questão acima referida não obsta o direito da servidora – que tem sede constitucional - ao recebimento das verbas pleiteadas em razão dos serviços efetivamente prestados.

Ademais, a solidariedade passiva entre o município e a autarquia previdenciária se mostra perfeitamente cabível na hipótese, porquanto o município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, enquanto que a entidade previdenciária foi a destinatária das respectivas contribuições previdenciárias.



222  
r

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

A propósito do tema em lume, registro que este Tribunal já apreciou diversos recursos similares ao que ora se apresenta (provenientes da Comarca de Vitória de Santo Antão e envolvendo o Município de Vitória de Santo Antão), orientando-se na mesma direção da fundamentação acima articulada.

A título exemplificativo, apresento os seguintes arestos:

**“EMENTA: TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE O MUNICÍPIO E A AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA LOCAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DE PARTE NÃO ACOLHIDA. CONTRATO TEMPORÁRIO. SUCESSIVA PRORROGAÇÃO. DIREITO À INDENIZAÇÃO POR FÉRIAS NÃO GOZADAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1 - Consoante precedentes deste Tribunal de Justiça, existe responsabilidade solidária entre a autarquia previdenciária e o ente político que a instituiu. Rejeita-se preliminar de ilegitimidade do Município para restituir indébito oriundo de contribuições sociais descontadas em folha de pagamento.

2 - No mérito, consoante pacífica jurisprudência, tem-se que a sucessiva renovação do contrato não pode significar a perda em benefício da Administração de direitos sociais garantidos ao trabalhador pelo Texto Maior. Não pode a precariedade do vínculo funcional freqüentemente prorrogado servir de pretexto ao Município, para que deixe de conceder ao contratado férias e décimo terceiro salário, locupletando-se, assim, da sua própria torpeza de não realizar concurso público.

3 - Tanto o direito à indenização por férias não gozadas, acrescida de um terço, quanto o direito ao décimo terceiro salário possuem sede constitucional (art. 7º, VIII e XVII, da Constituição) e constituem direitos sociais intangíveis dos trabalhadores urbanos e rurais. Impõe-se o pagamento das verbas.

4 - Recurso de Agravo não provido.”

(RA 0237065-2/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, julgado em 19/04/2011).

**“EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. PEDIDO DE PERCEPÇÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS EFETUADOS INDEVIDAMENTE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA INACOLHIDA. DIREITOS FUNDAMENTAIS A QUE TODO TRABALHADOR FAZ JUS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NÃO CONFIUGURADA. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO À UNANIMIDADE. 1 - Versa a lide em apreço sobre a percepção de 13º salário e férias, pela prestação de serviço público em cargo comissionado, bem como a cobrança de descontos previdenciários efetuados indevidamente; 2 - preliminar de ilegitimidade passiva do Município argüida no presente recurso, sob o argumento de que o VITORIA PREV (autarquia municipal), seria a parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda; 3 - O Município foi o responsável pelo lançamento indevido do desconto previdenciário na folha de pagamento, vez que o autor já contribuía perante o INSS (Regime Geral de Previdência Social) e, sendo assim, não poderia contribuir com o VITORIA PREV**





223

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

(Regime Próprio de Previdência Social), destinado a segurar, exclusivamente, os servidores efetivos do Município; 4 - Em casos análogos, tanto a FUNAPE quanto o Estado de Pernambuco, podem responder pelas causas que dizem respeito a descontos previdenciários, na esfera estadual. Preliminar rejeitada; 5 - Sabe-se que todo o trabalhador possui direito à férias independentemente de ser celetista ou estatutário. O pedido originário é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado; 6 - Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derrogar o direito a férias e 13º salário do trabalhador; 7 - Com relação aos honorários advocatícios, tenho que os mesmos foram arbitrados corretamente, vez que obedeceram aos ditames do art. 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil; 9 - À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.”  
(RA 0237012-1/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, julgado em 12/04/2011).

**“EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS PLEITEADAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO PARA ATENDER NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Município ora agravante, pois, o referido ente federado foi o responsável pelo lançamento indevido dos descontos na folha de pagamento, a ora agravada já contribuía junto ao INSS, visto que vinculado ao RGPS e não ao RPPS destinado, exclusivamente aos servidores efetivos do Município, segundo preceituam os arts. 5º ao 8º da Lei Municipal nº 3.188/2006. 2. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 3. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Município. 4. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o agravante não se desincumbiu. 5. Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do ora agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções. 6. Recurso de agravo improvido unanimemente.”**  
(RA 0236835-0/01, 8ª Câmara Cível, Relª. Desª. Substª. Maria Auri Alexandre Ribeiro, julgado em 28/04/2011).

Por fim, penso que a sentença proferida em primeiro grau de jurisdição comporta reparo na parte referente aos juros moratórios incidentes na repetição de indébito das contribuições previdenciárias.

Com efeito, tais juros devem incidir apenas após o trânsito em julgado da sentença condenatória, nos termos da Súmula nº 188 do Superior Tribunal de Justiça:

**“Súmula nº 188: Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença”.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

224

Por todo o exposto, **dou provimento parcial** ao **apelo Municipal**, tão somente para determinar que os juros de mora sobre a repetição das contribuições previdenciárias incidam a partir do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188 do STJ), mantendo incólume, nos seus demais termos, o *decisum* prolatado pelo Juízo de origem.

É como voto.

Recife, 03 de  de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator